

CRAS

Centro de Referência de Assistência Social

um lugar
de (re)fazer histórias



STÊNCIA SOCIAL

CRAS, um lugar de (re)fazer histórias

Luiz Inácio Lula da Silva
Presidente da República

José Alencar Gomes da Silva
Vice-presidente da República

Patrus Ananias de Sousa
Ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Márcia Helena Carvalho Lopes
Secretária-executiva

Arlete Avelar Sampaio
Secretária-executiva Adjunta

Heliana Kátia Tavares Campos
Secretária de Articulação Institucional e Parcerias

Laura da Veiga
Secretária de Avaliação e Gestão da Informação

Rosani Evangelista da Cunha
Secretária Nacional de Renda de Cidadania

Onaur Ruano
Secretário Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

Ana Lúcia Gomes
Secretária Nacional de Assistência Social

Simone Aparecida Albuquerque
Diretora do Departamento de Gestão do SUAS

Aidê Caçado Almeida
Diretora do Departamento de Proteção Social Básica

Valéria Maria de Massarani Gonelli
Diretora do Departamento de Proteção Social Especial

Maria José de Freitas
Diretora do Departamento de Benefícios Assistenciais

Fernando Antônio Brandão
Diretor Executivo do Fundo Nacional de Assistência Social

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
Secretaria Nacional de Assistência Social

Esplanada dos Ministérios, bloco "C", 6º andar
CEP 70046-900 Brasília/DF
www.mds.gov.br

Expediente

Coordenadora de Comunicação Social
Ângela Carrato

Coordenadora de Imprensa
Roberta Caldo

Coordenadora de Comunicação Eletrônica
Letícia Tagliassuchi

Coordenadora de Publicidade
Josi Paz

Coordenadora de Relações Públicas e Eventos
Maristela Felipe de Melo

Produção e coordenação técnica
Aline Menezes, Cristina Campos, José Ferreira da Crus, Letícia Tagliassuchi e Vítor Corrêa

Reportagens
Aline Menezes e Vítor Corrêa

Créditos fotográficos
Bruno Almeida e Justino Lima (Prefeitura de Aracaju / Sergipe); Bruno Spada (MDS); Fernando Nobre (Prefeitura de Ananindeua / Pará); Aline Fernandes, Gabriel Teixeira e Luiz Jacobs (Prefeitura de Londrina/ Paraná) e Renato Vieira (Secretaria de Assistência Social do Amazonas).

Revisão
Cláudia Buono

Projeto gráfico
Ribamar Fonseca e Fernando Rabello

Colaboradores
Ana Paula Amorim, Carla Márcia de Lacerda Alves e Germana Sampaio de Castro

Impressão
Pool Soluções Gráficas Ltda.

Tiragem
3 mil exemplares

Impresso no Brasil
2007 Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte.

Dados populacionais extraídos do site <http://www.ibge.gov.br>, em 4 de dezembro de 2007.

Utilização de imagem do CRAS São Miguel dos Campos (AL), para efeito meramente ilustrativo.

2ª edição revisada.

CRAS, um lugar de (re)fazer histórias. Ano 1, n. 1, 2007. - Brasília : MDS, 2007.

ISSN: 1982-4734

1. Assistência Social - Sistema Único. I. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. II. Secretaria Nacional de Assistência Social. III. Centro de Referência de Assistência Social - CRAS.

CDU - 364(81)



CRAS - CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Centros de Referência da





Assistência Social (CRAS)



06 A SAUDÁVEL
CONVIVÊNCIA ENTRE
IDOSOS E CRIANÇAS

10 GRUPOS DE CONVIVÊNCIA
DO CRAS FORTALECEM
UNIÃO FAMILIAR



14 CRAS ITINERANTE ACOLHE
MAIS DE 22 MIL RIBEIRINHOS
NO AMAZONAS

18 MESMO NA FLORESTA,
O DIREITO
SOCIOASSISTENCIAL
SE MATERIALIZA



22 DO TEATRO, VEM O
RESGATE À CIDADANIA



26 INCLUSÃO PRODUTIVA
RESGATA A AUTO-ESTIMA
DE USUÁRIOS DO CRAS

30 ASSISTÊNCIA SOCIAL E O
ACESSO À EDUCAÇÃO

34 VÍNCULOS FORTALECIDOS,
DIREITOS ASSEGURADOS



38 COLCHA DE RETALHOS,
UMA EXPERIÊNCIA PARA
RECOMEÇAR A VIDA

41 CRAS: DIREITO
DE ENVELHECER COM
DIGNIDADE



45 JOVENS DE ARACAJU (SE)
MOBILIZAM A COMUNIDADE
E INCENTIVAM ASSOCIAÇÃO
DE MORADORES



CRAS, um lugar de (re)fazer histórias

PATRUS ANANIAS

Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

As histórias vão se avolumando. Nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), por meio do Programa de Atenção Integral às Famílias (PAIF), muitas famílias estão tendo oportunidade de mudar a realidade. São famílias que encontram alternativas para interferir e retirar os filhos do mundo das drogas, outras que os conseguem fazer estudar. Idosos que voltam a ter estímulos, recuperam auto-estima, convivem com outros idosos, mas também com crianças e jovens, numa sadia troca intergeracional.

Casos desses tipos são vividos diariamente nas 4.005 unidades dos CRAS em funcionamento e distribuídos em mais de 3.000 municípios brasileiros. Destes, 3.200 são financiados total ou parcialmente pelo governo federal e o restante por governos municipais ou estaduais. Nesta revista, trazemos uma breve amostra, de experiências desenvolvidas nos CRAS.

As unidades dos CRAS são espaços físicos localizados em regiões mais pobres das cidades voltadas para atendimento socioassistencial. A equipe do centro identifica as necessidades dos indivíduos e das famílias de cada localidade, acolhe e insere em atividades coletivas e/ou, se necessário, encaminha os integrantes do grupo familiar para outros atendimentos. Nessa condição, eles se configuram como instrumento estratégico dentro da rede de proteção e promoção social no Brasil. Não por acaso, são conhecidos também pelo nome de Casas das Famílias. Isso porque se organizam a partir do foco de atendimento na família. Dessa forma, além de potencializar o alcance das ações e políticas sociais, promovem o apoio para manter e sustentar os vínculos familiares e comunitários, com todos os bons efeitos que tem na sociedade.

Atualmente temos nos CRAS um espaço fundamental para desenvolver ações complementares do Bolsa Família e estabelecer as devidas interfaces com o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) e com programas de inclusão produtiva, geração de trabalho e renda, dentre outros. Por isso, eles representam uma importante conquista, ao mesmo tempo em que nos apresenta desafios, sobretudo no que diz respeito à qualificação da metodologia de trabalho, por meio de políticas de capacitação e qualificação que respeitem as capacidades locais e recuperem a auto-estima.

As matérias desta revista demonstram experiências que estão sendo desenvolvidas com a qualificação metodológica. Entretanto, é necessário ampliar nossas reflexões porque precisamos compreender a dimensão do papel dos CRAS na consolidação da grande e vigorosa rede de proteção e promoção social. Devemos considerar, ainda, que a integração das políticas públicas é nosso principal desafio e esses centros têm o potencial de viabilizar e intensificar isso.

A organização da área social em sistema é um dos avanços do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e é nessa perspectiva que se desenvolve nossa tarefa, à medida que os CRAS se enquadram no Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e, diante do seu potencial integrador das políticas, é um instrumento fundamental para consolidação desse sistema.

Esta revista se propõe a dar uma valiosa contribuição para o debate, oferecendo informações e exemplos que possam orientar, esclarecer e pontuar as reflexões. Que muitas famílias continuem refazendo suas histórias, contando para outras, participando da nossa grande rede que estamos formando para acabar com a desigualdade, a miséria, a pobreza, a fome e a desnutrição no País. A grande rede de formação da nossa Pátria.

Experiências de CRAS consolidam Assistência Social como política pública

ANA LÍGIA GOMES

Secretária Nacional de Assistência Social

Garantir o atendimento às necessidades básicas do cidadão é dever do Estado. Longe de ser um conjunto de ações benevolentes, a assistência social está constituída como política pública, fruto de conquistas e lutas travadas desde a Constituição Federal de 1988. Para assegurar a assistência social como dever do Estado e direito do cidadão, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) concentra-se no esforço de viabilizar um projeto de desenvolvimento nacional, que pleiteie a universalização dos direitos à Seguridade Social e da proteção social pública.

Aprovadas em 2004 e 2005, respectivamente, a Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004), que estabelece os eixos estruturantes e os princípios e diretrizes do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), e a Norma Operacional Básica do SUAS (NOB/SUAS) representam dois marcos regulatórios dessa nova concepção.

O MDS trabalha pelo fortalecimento do SUAS, que regula em todo o território brasileiro a hierarquia, os vínculos, os compromissos e as responsabilidades da União, Estados, Distrito Federal e municípios na oferta de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais. Sejam eles de caráter permanente ou eventual, executados e providos por pessoas jurídicas de direito público sob critério universal e lógica de ação em rede hierarquizada e em articulação com iniciativas da sociedade civil. Conforme prevê a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), o Estado deverá prover os mínimos sociais, por intermédio de um conjunto integrado de iniciativa pública e da sociedade, com o objetivo de garantir o atendimento às necessidades humanas.

Com a Política de Assistência Social, a segurança da vivência familiar e do convívio comunitário recebem atenção especial, fortalecendo, preservando e estimulando estes vínculos familiares e comunitários. Para isso, dois níveis de proteção são garantidos no SUAS: proteção social básica e proteção social especial. Dentro da proteção social básica, o objetivo é prevenir as situações de

vulnerabilidades e riscos, por meio do desenvolvimento das potencialidades e aquisições. Esse serviço é executado, organizado e coordenado nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), por intermédio do Programa de Atenção Integral à Família (PAIF).

Localizados em áreas de maior vulnerabilidade social, os CRAS são equipamentos socioassistenciais que funcionam como unidades públicas estatais de base territorial. Eles atuam com famílias e indivíduos em seu contexto comunitário, a fim de orientá-los e possibilitar o fortalecimento desses vínculos. De acordo com a PNAS/2004, cada CRAS deve realizar – sob a orientação do gestor municipal de assistência social – o mapeamento e a organização da rede socioassistencial de proteção básica, além de promover a inserção das famílias nos serviços socioassistenciais locais. Cabe também ao CRAS encaminhar a população local para as demais políticas públicas e sociais, possibilitando ações intersetoriais.

Para a Política Nacional de Assistência Social, são considerados serviços de proteção social básica aqueles que potencializam a família como unidade de referência, visando a convivência, a socialização, o acolhimento e o protagonismo dos usuários. Esses serviços devem ser prestados, preferencialmente, em unidades próprias dos municípios, levando-se em conta a importância da articulação das três esferas governamentais (municipal, estadual e federal). A coordenação e as normas gerais cabem ao governo federal, enquanto que a coordenação e a execução dos programas ficam a cargo de Estados, Distrito Federal e municípios.

Com a aprovação da Política Nacional de Assistência Social e com a implantação e implementação do SUAS, o Brasil faz a reestruturação orgânica da política pública de assistência social. Na perspectiva socioterritorial, os municípios brasileiros são referências privilegiadas. E, para mostrar exemplos do que tem sido feito em diversos municípios brasileiros, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome apresenta algumas das experiências realizadas nos CRAS. Para esta revista, foram reunidas matérias especiais produzidas no segundo semestre de 2007.

Repórteres do MDS viajaram para cidades das regiões Norte, Sul, Nordeste e Sudeste, a fim de conhecer de perto o trabalho desenvolvido nos Centros de Referência de Assistência Social. Esta revista apresenta uma espécie de recorte do que é possível fazer em benefício das famílias e das comunidades que vivem em situação de vulnerabilidade e risco social. Experiências como a do CRAS itinerante, em Coari, interior do Amazonas, onde os serviços socioassistenciais chegam às comunidades ribeirinhas por intermédio de um barco, são possíveis graças à concepção de que assistência social é, de fato, dever do Estado e direito do cidadão.

A saudável convivência entre idosos e crianças

por Vítor Corrêa
fotos Renato Vieira

ATIVIDADES INTERGERACIONAIS DO CRAS TÊM ELEVADO A AUTO-ESTIMA DE IDOSOS DE MANAUS (AM). ALGUNS CANTAM, POUCOS DANÇAM, MAS MUITOS RIEM À VONTADE NUM GRUPO DE 20 SENHORAS.

Mais de cinquenta anos separam as pessoas no ginásio de esportes. A princípio, nada de comum entre elas. De um lado, sentadas, estão três senhoras a olhar, no meio da quadra, uma dezena de crianças cantar num karaokê. Não são avós e netos. São freqüentes usuários do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) Alvorada I, em Manaus, Amazonas.

"Alvorada da Alegria, esse grupo contagia..."

As amigas Marina (de camisa branca) e Dudu observam a criançada fazer algazarra



“O contato dos idosos com as crianças os rejuvenesce.”

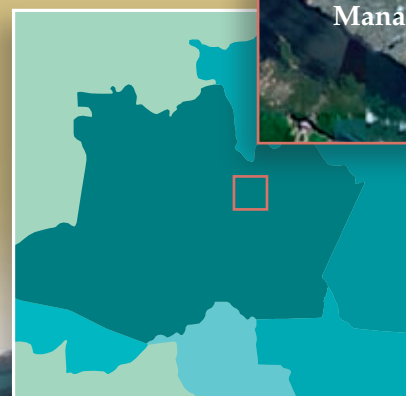
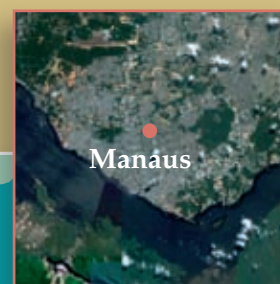
Manaus - AM

Contagem da População 2007

1.646.602

Área da unidade territorial (km²)

11.401 km²



Hoje, não tem atividade do grupo da terceira idade Alvorada da Alegria. E, mesmo assim, as senhoras estão lá. Osmarina Rodrigues, de 62 anos, e Durvalina da Costa, 72, apesar de morarem no mesmo bairro, não se conheciam. Sempre em casa, dividiam-se entre os afazeres domésticos, a criação dos netos e a companhia da tevê. Vida sem luxos, sem maridos – ambos já falecidos – e sem alegria. “Acho que meus filhos tinham vergonha de mim. Não sei o que é, mas nunca saiam comigo”, lamenta Osmarina, a Marina.

Para fortalecer vínculos familiares e comunitários, o CRAS tem como estratégia, dentre outras, as atividades intergeracionais. Nelas, crianças, jovens, adultos e idosos se relacionam e respeitam as peculiaridades do outro.

Por um momento, os meninos esquecem o karaokê e se exibem para a foto



De vez em quando, ela levanta, fala com os meninos que gritam sem parar e senta novamente. Está ali desde às 7h, como sempre. Agora são quase 11h e Marina continua conversando com as amigas, que conheceu com a criação do grupo em 2005. “Aqui, me sinto viva. Converso com todos e todos conversam comigo”, diz, emocionada.

Marina olha para o lado. Pega nas mãos de Durvalina, a Dudu, e diz: “Isso aqui [o CRAS] é tudo para gente. Antes, ficávamos sozinhas e sempre trabalhando e cuidando dos netos. Era obrigação de família”, conta, sem muita alegria. Agora, continua ajudando em casa, mas somente à tarde. De manhã, é hora de se divertir, cantar, estar do meio de pessoas de sua idade e de outras gerações. Enfim, de conviver socialmente.

Ao ver a algazarra da garotada, que largou as ruas em prol das brincadeiras, Dudu se anima e sugere: “Eu canto também. E em espanhol”. Ela pega o microfone e, olhando para os lados, diz um “posso?” com a autoridade de quem entende. Pede que não haja fundo musical. Quer levar apenas na voz. As crianças desconfiavam e a cercam à espera. Então dá uma palhinha de um bolero de Luis Miguel. “*Solamente una vez ame en la vida. Solamente...*”.

Olhos bem abertos. Os meninos parecem não acreditar que a senhora canta e em outro idioma. Dudu primeiro entoa olhando nos olhos de cada um. Quando perde o nervosismo, relaxa: fecha os olhos e mexe o corpo de um lado para o outro como que dançando sentada. Um menino comenta: “Parece aquela cantora de samba, a Alcione”. Ela pára, ri e brinca: “Aí não né!”. As senhoras e a meninada gargalham.

Alvorada da Alegria

As atividades do grupo Alvorada da Alegria, composto por 20 idosos, não têm horários fixos. No início, em 2005, eram apenas exercícios físicos e alongamentos pela manhã. Com o passar do tempo, vieram as festas e as atividades intergeracionais. “O contato dos idosos com as crianças os rejuvenesce. É como se recuassem no tempo e voltassem à infância”, avalia o coordenador do CRAS Alvorada I, Emerson Sousa.

Após a cantoria, já é quase meio-dia, a criançada corre para casa. Dudu e Marina assumem o mesmo discurso: “Iiii está tarde. Preciso fazer almoço, mas hoje vão ter que esperar um pouco”, contam, num sentimento que beira uma gostosa rebeldia. Estão à vontade e sem pressa. Se o papo for sobre o grupo de idosos, aí elas ficariam até o fim do dia.

“De manhã, é hora de se divertir, cantar, estar no meio das pessoas de sua idade e de outras gerações. Enfim, de conviver socialmente.”

Na hora de cantar,
a meninada se concentra



O Bolsa Família, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), é o maior programa de transferência de renda do País. Por meio dele, cerca de 11 milhões de famílias vêm se alimentando melhor. O benefício varia de R\$ 18 a R\$ 112 por mês, sendo que para recebê-lo é preciso manter as crianças na escola e o cartão de vacina em dia.

Elas comentam que o grupo freqüenta a casa um do outro. Quando alguém falta às atividades do CRAS, sempre uma integrante faz uma visita para saber o que houve. Invariavelmente é problema de saúde. Mas, em dia de festa, organizada mensalmente, não tem doença que as façam ficar na cama. Tudo começa com a já tradicional palavra de ordem. Dudu olha para Marina. Ensaia as palmas e, acelerando as batidas, inicia: “Alvorada da Alegria, esse grupo contagia...”.

Na festa, vão os técnicos do CRAS e o grupo da terceira idade, acompanhado de seus familiares. É cantado o parabéns aos aniversariantes do mês, cortado bolo e aberta a temporada de danças. A turma de 20 idosos fica até o último minuto e vai para casa. No dia seguinte, está de volta ao Centro de Referência de Assistência Social logo cedo, às 7h, para, quem sabe, mais uma rodada de karaokê com as crianças.

Grupos de convivência

O CRAS Alvorada I possui cinco grupos de convivência: mulheres, grávidas, crianças, famílias do Programa Bolsa Família e idosos. As atividades, entretanto, entrelaçam-se. São crianças em companhia de idosos e mães com adolescentes grávidas, por exemplo. Tudo sempre com o objetivo de fortalecer vínculos familiares e comunitários.



Dudu canta um famoso bolero para a diversão da garotada





Grupos de convivência do CRAS fortalecem união familiar

por **Vítor Corrêa**
fotos **Bruno Spada**

LEIA A HISTÓRIA DO CASAL MARIA ZANETI E VILSON DA SILVA ESCOBAR QUE, PARA TIRAR O FILHO DO MUNDO ISOLADO DOS “GAMES”, INCENTIVARAM O GAROTO A PARTICIPAR DE AULAS COLETIVAS DE VIOLÃO NUM CRAS DE MANAUS (AM).

A aula de violão acontece três vezes por semana. Muitos garotos vão porque não querem ficar em casa ou na rua ociosos. Há também crianças. Chama atenção, contudo, uma senhora e um senhor que iniciam os acordes. É o casal Maria Zaneti

Nascimento e Vilson da Silva Escobar. Ambos acreditam que a participação em atividades coletivas no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) de São José IV, periferia de Manaus, Amazonas, motivará o filho Luan, de 14 anos, a fazer o mesmo.

O menino, filho único do casal, renunciara à escola e ao convívio familiar pelo jogo. Era manhã, tarde e noite. Dia útil, feriado e fim de semana também. Tudo pelos *games* em rede. “Nosso filho estava viciado”, sentencia a mãe. Ela lembra o dia em que Luan, aos prantos, chegou perto dela e confessou, diante do sofrimento dos pais: “Não consigo estudar. O jogo me domina”.

Sem hesitar, Maria larga o emprego. Meses depois, para azar da família, Vilson é demitido. Mas ninguém se arrepende. “Vale mais ‘salvar’ meu filho do que qualquer salário”, garantem. Luan ainda não vai ao CRAS para as aulas de violão, mas já toca o instrumento em casa, motivado pelo interesse dos pais. De violão emprestado em punho, o menino tem trocado o isolamento dos *games* pelo aprendizado em companhia da família.

Maria está contentíssima. Dá como certo que o próximo passo será o ingresso voluntário do filho às aulas de violão. “Ele vai freqüentar e conhecer novas pessoas”, espera. Em tom professoral, Vilson explica que a juventude, especialmente dos bairros mais vulneráveis, como o São José, deve se ocupar para não cair na marginalidade.



Vilson da Silva (à esquerda) se dedica às aulas de violão para passar o aprendizado ao filho Luan

A coordenadora do CRAS, Cathia Alencar Arruda, compartilha da mesma opinião de Vilson. E ressalta o papel da família no resgate dos jovens. “No CRAS, não trabalhamos com públicos segmentados. A aula de violão, por exemplo, vai da criança ao adulto. Todos interagem juntos”, garante. Segundo ela, o bairro São José é perigoso ao ponto de, à noite, poucos se arrisquem a deixar suas casas. “É a zona vermelha, sempre em estado de alerta.”



“No CRAS, não trabalhamos com públicos segmentados. A aula de violão, por exemplo, vai da criança ao adulto. Todos interagem.”

Jovens cantam um dos sucessos da banda Jota Quest

Apesar de feliz pelo filho, Maria Zaneti não quer se expor e escapa das fotos. Wilson, pelo contrário, mostra dedicação. Abaixa a cabeça e dedilha nas cordas do violão como se no retrato saísse som. Um dos garotos vai além: não só toca como canta. A música escolhida é um dos sucessos da banda pop nacional Jota Quest. “Meu filho vai tocar assim também. E vai ter ídolos”, afirma Maria, longe do campo de visão do fotógrafo.

Mães do Bolsa Família

Ainda no CRAS São José IV, perto da aula de violão, estão reunidas beneficiárias do Programa Bolsa Família grávidas e/ou com filhos recém-nascidos. Márcia Maria Fernandes, de 26 anos, é uma delas. Tem dois filhos: Isaura, de 7 anos, e Matheus, de um mês. Ela e o marido Izac viviam brigando. “Ele bebia e gastava o pouco que recebia dos biscates na folia”, lembra. “Na vizinhança, todos diziam para eu separar logo.”

Triste, confusa e grávida de Matheus, Márcia foi acolhida no CRAS. Participou de atividades socioeducativas e, às vezes, era visitada pela equipe técnica. Não separou e, hoje, diz estar feliz no amor. “Aprendi a ter mais paciência”, confessa, reconhecendo a intransigência de outros tempos. Izac, por sua vez, tem demonstrado mais atenção à família. “Ele está mais carinhoso com as crianças”, aponta a esposa.

No CRAS São José, a participação dos pais nas atividades é estimulada. A coordenadora Cathia Alencar diz que ainda é um desafio trazê-los. Aos poucos, no entanto, eles vão aparecendo. “No Dia dos Pais, fizemos uma homenagem. Alguns vieram e se sentiram prestigiados, valorizados”, conta.

Acolhida é o momento de constituição de vínculos entre o usuário e o serviço.

Consiste na recepção e escuta qualificada das necessidades e demandas trazidas pela população com oferta de informações sobre serviços, programas, projetos e benefícios da rede socioassistencial e demais políticas setoriais.

Com os filhos, Márcia Fernandes vai semanalmente ao CRAS São José IV



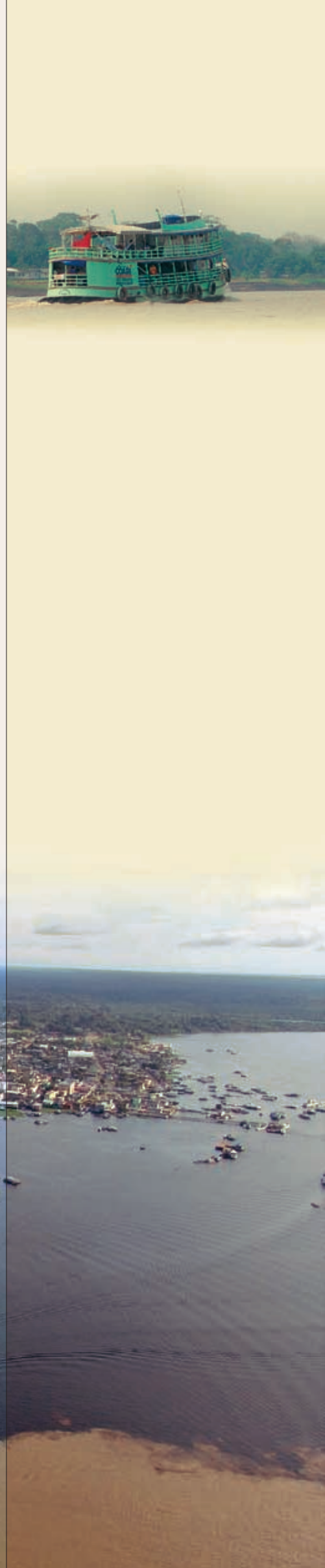
CRAS itinerante acolhe mais de 22 mil ribeirinhos no Amazonas

por **Vítor Corrêa**
fotos **Bruno Spada**
fotos aéreas **Prefeitura de Coari**

EMBARQUE NA AVENTURA PELO RIO SOLIMÕES. EM PLENA SELVA AMAZÔNICA, É POR MEIO DO BARCO DO CRAS QUE OS SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS CHEGAM AOS RIBEIRINHOS DE COARI (AM).

Quarta-feira, depois do almoço, e Maria de Fátima Pacheco, de 39 anos, lava louça ao lado do velho rádio. Escuta música, arruma tudo e vai cuidar dos filhos. Entre uma e outra propaganda, porém, um anúncio lhe chama a atenção. Ela pára, grita pelos familiares e ouve: “Atenção! Amanhã, às três horas da tarde, a Secretaria Municipal de Assistência Social visitará a comunidade Divino Espírito Santo do Trocarís, oferecendo benefícios na área socioassistencial, de saúde, esporte e lazer”.

Coari está entre a floresta amazônica e o barrento rio Solimões



No CRAS itinerante, os ribeirinhos são acolhidos pela equipe de assistentes sociais



is e psicólogos. A idéia do barco é garantir o direito socioassistencial a eles



Há cerca de 2,5 mil ribeirinhos beneficiários do Programa Bolsa Família em Coari. Para cumprir 75% de frequência escolar, na comunidade onde não tem colégio – Há 164 na zona rural –, usam-se pequenas embarcações cedidas pela Prefeitura. Para acompanhar a vacinação, um barco da Saúde faz rotas parecidas com as do CRAS itinerante.

A ribeirinha Maria de Fátima alegre-se com as visitas do barco do CRAS



Maria sabe que o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) itinerante – conhecido por Barco Cidadão – vai ancorar na comunidade ribeirinha onde mora. A última visita foi em maio – lá se vão quatro meses. Ela pensa: “Que bom. Vão trazer coisas boas para nós”. Os “nós” são, na verdade, 53 famílias que vivem à margem do rio Solimões, distante duas horas a noroeste, de barco, do município de Coari. Que, por sua vez, só tem acesso por água ou ar e fica no coração da selva amazônica.

As comunidades ribeirinhas, como a de Maria, são aqueles pontos de civilização cercados de floresta e rios vistos do alto de um avião. É um aglomerado de casas, no qual telefone e luz não chegam à esmagadora maioria e que bastam alguns metros para adentrar a mata fechada. Em vez de deixar as 205 comunidades (ou 22.005 ribeirinhos) à própria sorte, a Prefeitura de Coari, por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social, resolveu inovar.

Coari - AM

Contagem da População 2007

65.222

Área da unidade territorial (km²)

57.922 km^{2w}





“O barco surgiu inicialmente para levar documentação à área rural”, explica a secretária municipal de Assistência Social, Joelma Gomes Aguiar. “Aí, posteriormente, com a implantação do CRAS urbano, com o SUAS [Sistema Único de Assistência Social], com a habilitação do município em gestão plena, nós sentimos a necessidade de ampliar as nossas ações e nos profissionalizarmos”. Foi quando saiu de cena o Barco Cidadão e apareceu o CRAS itinerante.

Dia da visita do CRAS

Amanhece. É quinta-feira. Maria está aflita. Não vê a hora de a tarde chegar. Ela e o marido, Luis da Silva, de 49 anos, nem vão à roça cuidar das mandiocas, bananas e malvas. Maria arruma a casa e prepara o almoço rapidamente. Dá uma da tarde e a família de seis filhos está com o pé na terra em direção a Vila do Trocarís. São trinta minutos de caminhada até chegar ao centro da comunidade, local previsto para a visita do CRAS itinerante.

O barco atrasa. Mesmo assim, a comunidade continua à espera. A expectativa de “coisas boas”, como disse Maria, pode ser traduzida nos seguintes serviços gratuitos: palestra sobre DST/AIDS, a partir da necessidade identificada pela equipe técnica do CRAS, corte de cabelo, atividade socioeducativa para crianças e adolescentes, acompanhamento das famílias inseridas nos programas de transferência condicionada de renda Bolsa Família (federal) e Direito à Cidadania (municipal), documentação e atendimento do Conselho Tutelar.

No CRAS itinerante, os ribeirinhos são acolhidos pela equipe de assistentes sociais e psicólogos e vistos como coarienses com direitos iguais aos moradores da cidade. Com direito, inclusive, à assistência social pública onde quer que seja – mesmo que demore até 24 horas de barco para se chegar até lá.

Técnica do CRAS “dribla” a água para chegar aos ribeirinhos



“O barco do CRAS está na porta de casa.”

As casas dos ribeirinhos se parecem umas com as outras. Todas são de madeira e elevadas por tábuas para evitar alagamentos em dia de cheia do rio Solimões.

Em vez de portas, lençóis separam os cômodos. Há camas, mas não é raro encontrar quem durma em rede.

Antes das visitas do barco, Joelma Gomes lembra que os ribeirinhos estavam abandonados e que as comunidades mais distantes nem contato com a cidade tinham. “A idéia do CRAS itinerante é levar o direito socioassistencial até eles. Melhor do que trazê-los até Coari e tirá-los do habitat natural”, afirma. Para a secretária nacional de Assistência Social do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Ana Lígia Gomes, o barco é uma estratégia eficiente de garantia dos direitos socioassistenciais às populações ribeirinhas.

CRAS na beira do rio

Antes de ir à Vila Trocarís, o CRAS itinerante passou a manhã em São Pedro da Vila Lira, também à margem do rio Solimões, só que duas horas a leste de Coari. Trouxe os mesmos serviços e foi recebido com idêntica alegria. O líder do lugar, algo como um “prefeito”, Sebastião Silva, mostra-se alegre com as freqüentes visitas do barco. E, esquecendo-se que mora na beira do rio, assegura: “O CRAS está na porta de casa”.

Ele sai da escola municipal em direção as casas dos ribeirinhos. Quer alertar aos desavisados sobre a presença do barco. Caminha pela trilha, atravessa uma pequena ponte e chega à casa de Ivanilce Santos da Silva, de 27 anos. Ao lado dos filhos, ela espera pela volta do marido, que foi pescar, para ir ao centro da comunidade ver o CRAS itinerante. De banho tomado e arrumada, Ivanilce desiste de aguardar e corre para conhecer os visitantes.

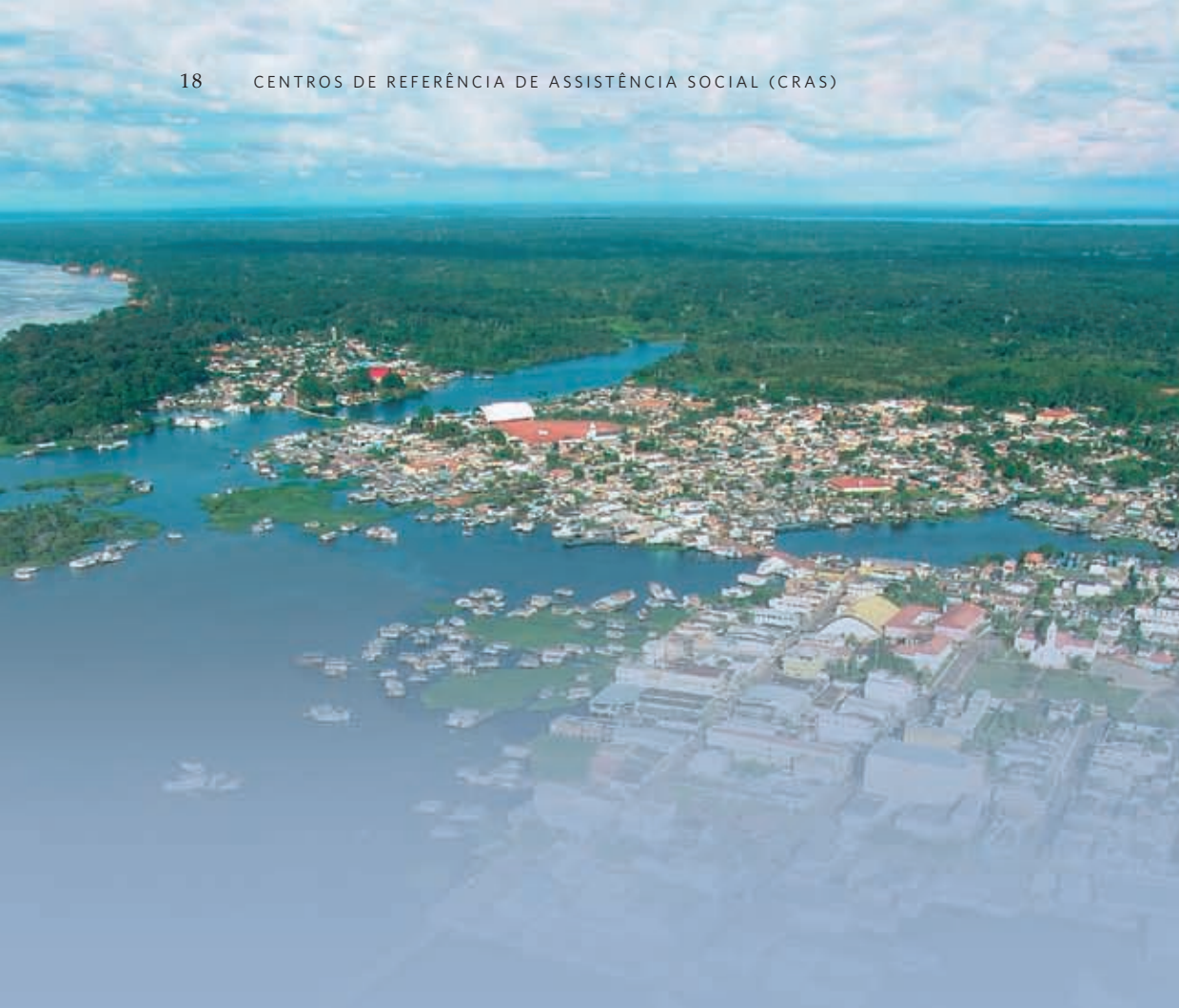
Sobe no barco pela primeira vez e conversa com a tripulação. Tem uma dúvida sobre o Bolsa Família. Ivanilce recebe R\$ 95 do programa de transferência de renda do MDS e outros R\$ 100 do programa municipal Direito à Cidadania. Dona Maria, a da Vila Trocarís, tem direito aos dois benefícios também.

Vai anoitecendo e já é hora do CRAS itinerante seguir viagem. Hoje, excepcionalmente, ele volta para Coari. Em visitas mais distantes, fica vinte dias longe da cidade. Um dia numa comunidade, à noite ancorado noutra e assim por diante. O motor começa a movimentar o barco.

Os ribeirinhos ficam olhando. Alguns arriscam um aceno, outros um tchau. Todos, porém, têm a certeza de um até logo.

Ivanilce Santos conhece o CRAS itinerante e posa para a foto





Mesmo na floresta, o direito socioassistencial se materializa

por **Vítor Corrêa**
fotos **Bruno Spada**
fotos aéreas **Prefeitura de Coari**

GRAÇAS AO CRAS ITINERANTE, 205 COMUNIDADES RIBEIRINHAS USUFRUEM DOS SERVIÇOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL. SAIBA COMO É O BARCO, QUANTO SE GASTA NUMA VIAGEM E MUITO MAIS.

O barco sai do cais de Coari, Amazonas, bem cedo, antes das 7h. Não há parentes para despedir, tampouco para dar o último adeus. E todos sabem que os 22 tripulantes vão ficar duas semanas fora da cidade. Numa média de 20 a 30km/h, a embarcação, primeiro, invade as águas negras do lago Coari e, depois, o barrento rio Solimões. É o CRAS itinerante levando serviços socioassistenciais a 1/3 da população coariense: os mais de 22 mil ribeirinhos.

A viagem começa sonolenta e pode, dependendo do local a ser visitado, demorar até um dia inteiro. Um grupo de jovens brinca no teclado, outro já arma a rede e tira um cochilo. No térreo, as duas cozinheiras já preparam o almoço. Tem ainda quem se recolha num dos oito quartos com beliche e ar-condicionado. De um lado,

Quando se diz que Coari fica no meio da floresta não é exagero nenhum. Lá, os rios são as estradas. Tudo chega pela água: da comida ao automóvel. O único voo regular é à capital Manaus - um por dia. Pelo rio Solimões, são de oito a quinze horas de viagem, dependendo do barco.

floresta. De outro, idem. Para frente, água; para trás, também. Eles, tripulação e CRAS itinerante, adentram a selva amazônica pelo único caminho possível: a água.

O tempo está bom. Nem seca, nem cheia. De novembro a março, no entanto, as chuvas interrompem e o acesso aos ribeirinhos fica comprometido. Isso porque a viagem se dá principalmente pelo rio Solimões, mas, para ancorar à margem de algumas comunidades, é preciso navegar por igarapés e riachos – em época de seca já sem água. “Metereologia [clima] e geografia [distâncias] orientam nosso planejamento de viagem”, esclarece a coordenadora do CRAS itinerante, Elaíse Castro Figueira.

Ainda assim, a Secretaria Municipal de Assistência Social, responsável pelo CRAS itinerante, tem bem traçada a estratégia das viagens. De mês em mês, o barco vai a um dos braços do rio: Baixo Solimões, Médio Solimões, Alto Solimões, Rio Copeá, Codajás-Mirim, Rio Piorini, Lago Coari e Lago Mamiá. Aí, completa a viagem de ida e, na volta, pára um dia em cada comunidade pólo (são 36 de um total de 205) até que retorna para o município de Coari.

A bordo, muitos mantimentos e combustíveis. O gasto de uma viagem dessas não sai por menos que R\$ 12 mil. São três mil litros de diesel, para o motor do barco, e 350 litros de gasolina, para o motor de energia. Na lista de compras, aparecem 150 quilos de frango, 70 de carne e 40 de farinha amarela, por exemplo. Tudo para manter a disposição e a alegria dos técnicos que vão atender os ribeirinhos.

“A equipe adora fazer esse serviço porque a comunidade ribeirinha recebe todos muito bem”, afirma a gerente dos Programas Sociais de Atenção Básica de Coari, Maria Rejane de Aquino. Ela acrescenta: “As pessoas procuram o barco porque entendem que lá estarão usufruindo do direito de ser cidadão”.

“As pessoas procuram o barco porque entendem que lá estarão usufruindo do direito de ser cidadão.”



Gás e Petróleo

Após uma hora e trinta minutos de viagem, o CRAS itinerante avista uma comunidade. De longe, ao menos, parece a primeira localidade de ribeirinhos. Chegando mais próximo, porém, fica nítido que o local não é habitado por esta população tradicional. O terminal de gás e petróleo da Petrobras abriga os imensos navios cargueiros que levam combustíveis fósseis para refinamento na capital Manaus, distante 433 quilômetros pelo rio Solimões.

A base de exploração, conhecida como província do Urucu, está a quilômetros para o interior da floresta. De lá, o petróleo segue tubulado para o terminal. Em breve, será inaugurado o Gasoduto Coari-Manaus, que tem capacidade de transportar 10,5 milhões de metros cúbicos. Estima-se que há reserva ainda para 30 anos. Os *royalties* – compensação financeira da Petrobras pela exploração de gás e petróleo – chegaram, de janeiro a agosto de 2007, a R\$ 25,3 milhões, segundo a Agência Nacional de Petróleo (ANP).

Devido à presença da Petrobras, Coari tem tido uma migração intensa. Em 1996, 53 mil pessoas viviam na cidade. Onze anos mais tarde, já eram 65 mil. “O movimento acelerado que o município passa traz ônus e bônus”, explica a secretária municipal de Assistência Social, Joelma Gomes de Aguiar. “Temos buscado, por intermédio dos CRAS – o urbano e o itinerante –, refletir sobre esse movimento com as famílias.”

“O CRAS itinerante tem o papel de fortalecer vínculos comunitários e familiares e de resgatar os aspectos culturais dessas comunidades.”

Durante a viagem, o CRAS itinerante cruza com o terminal de gás da Petrobras



CRAS itinerante

Para a secretária, o CRAS itinerante se tornou um valioso instrumento de combate ao êxodo rural. “Nossa idéia é manter as pessoas na área rural mesmo”, comenta, referindo-se aos ribeirinhos. “Mas não manter por manter. Não para deixá-los presos em condições ruins. Não!”. Joelma Gomes continua: “É mantê-los porque optaram por viver lá”.

Assim, o desafio é encontrar formas de levar direitos – socioassistenciais, por exemplo – até os ribeirinhos. A dirigente diz que o CRAS itinerante tem o papel de fortalecer vínculos comunitários e familiares e de resgatar os aspectos culturais dessas comunidades. “É preciso garantir que a criança tome banho no rio, suba numa árvore e coma uma fruta. E também que tenha direito a educação, a assistência social e a brincar.”

Para isso, as atividades giram em torno da família. “Entendemos que a família é o centro de tudo e a responsável em proteger tanto nossas crianças como nossos idosos e adultos de inúmeras demandas sociais”, diz a secretária.

O barco volta a Coari. Foram duas semanas longe de casa. A tripulação está cansada, mas preparada para, daqui a 15 dias, viajar novamente. Dois barcos funcionam regularmente. O plano é fazer com que três embarcações viagem para atender as 205 comunidades ribeirinhas coarienses numa periodicidade mais curta.

A pioneira experiência de garantir serviços socioassistenciais aos ribeirinhos tem obtido resultados tão positivos que entra em funcionamento, em 2008, mais um CRAS itinerante em Coari. Agora, enquanto um barco está no Alto Solimões, outro pode atender às comunidades do Lago Mamiá. Tudo ao mesmo tempo.



Do teatro, vem o resgate à cidadania

por **Vítor Corrêa**
fotos **Fernando Nobre**

AO ESTIMULAR O PROTAGONISMO JUVENIL, O CRAS MOSTRA QUE A FAMÍLIA É A BASE DE TUDO. VEJA COMO A PEÇA *A TURMA DO GUETO*, ENCENADA POR JOVENS DE ANANINDEUA (PA), FALA SOBRE O ASSUNTO.

“Ah mãe, o que é isso”, diz, inquieta, a filha, que acaba de voltar da delegacia por pichar uma parede.

“Menina, você precisa se orientar. Vive na rua. E agora deu pra pichar”, repreende a mãe já dando uns tapas na garota. Levada a julgamento, ela terá que cumprir a medida socioeducativa, conforme prevê o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC). A jovem, menor de idade, não gosta, mas não há escolha. Serão dias indo a uma repartição pública para auxiliar os funcionários na emissão de documentos de identidade.

Tempos depois, a menina é novamente instigada por conhecidos a pichar muros e usar drogas. Surpreendentemente diz: “Não!”. E mais: incentiva os colegas a aproveitarem a juventude e fugirem de infrações à lei.

Na verdade, a menina, que arranca risos do público – apesar da dramática história – pelo carregado sotaque e gírias que pronuncia, é Marcilene Viana da Paixão, de 17 anos. Ela mora na região metropolitana de Belém, Pará. Precisamente em Ananindeua, cidade de quase 500 mil habitantes. Toda a história se passa numa das salas do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) da Cidade Nova VI, onde um grupo de oito jovens encena a peça *A Turma do Gueto*.



“A dramatização mostra que a família é essencial para tudo.”

Williams Damasceno encerra a peça e comenta a importância do respeito entre pais e filhos

Ananindeua - PA

Contagem da População 2007

484.278

Área da unidade territorial (km²)

185 km²



Na platéia, estão 60 mães e filhos – divididos entre atuais e futuros beneficiários do Programa Bolsa Família -, que pela primeira vez vão ao CRAS. Ao final da peça, que dura uns 10 minutos, Williams Damasceno Souza, também de 17 anos, explica aos presentes o que acaba de ser exibido. “Isso aqui é para mostrar que a família é essencial para tudo”, inicia dizendo, gesticulando os braços e consertando a posição exata do óculos – é claro com uma boa dose de nervosismo.

Williams olha para a sala repleta de gente. Estão todos quietos ouvindo o que o “experiente” garoto tem a dizer. Depois da peça – o grupo chama de dramatização -, coube a ele fazer o desfecho. “A filha errou em pichar paredes e se envolver com pessoas indevidas. Mas a mãe também falhou ao não dar atenção à menina e ainda bater nela como se fosse adiantar”, diz, sereno. Dito isso, efusivos aplausos e altos assovios dos demais colegas que irão apresentar suas peças noutra oportunidade.

O grupo, do qual Marcilene e Williams fazem parte, é do Programa Agente Jovem, co-financiado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Neles, jovens vulneráveis socialmente participam de atividades coletivas no contra turno escolar. No caso de Ananindeua, a programação dos 375 garotos e garotas é sempre desenvolvida num dos três CRAS em funcionamento naquela cidade.

Marcilene Viana (de cabeça baixa) durante dramatização



O público começa a se levantar das cadeiras. Foi a primeira experiência no CRAS. Logo, as mães, beneficiárias do Bolsa Família, serão inseridas nas atividades socioeducativas semanais. Vão falar, ouvir e buscar um relacionamento familiar e comunitário mais harmônico. Uma senhora comenta para outra, em referência aos “atores” da peça *A Turma do Gueto*: “Esses meninos são engraçadinhos”. E segue para casa com a esperança de voltar ainda muitas vezes ao CRAS Cidade Nova VI.

“Pau Te Acha”

No CRAS Estrela Ananin (uma conhecida árvore que dá nome a cidade de Ananindeua), há outro grupo do Agente Jovem. Este trabalha com reciclagem. Nas mãos deles, papel jornal vira cesto, passarinho e até flor. Jonathan Cardoso, de 16 anos, aparenta ter bem menos idade pelo rosto de criança e a estatura baixa.

Ele se anima ao falar do artesanato que vem produzindo há duas semanas, quando os monitores ensinaram a arte do reaproveitamento de papel. Essa é uma das estratégias utilizadas pela equipe do CRAS para fortalecer os vínculos familiares e comunitários dos jovens e de suas respectivas famílias.

Atividades lúdicas, esportivas e culturais, entre elas o teatro, são mecanismos de estímulo a novos valores sociais para a juventude de Ananindeua. Com esse trabalho, é assegurado aos jovens conhecimento detalhado sobre o mundo que emoldura seus cotidianos e, ao mesmo tempo, informalmente, instrumentos que lhes garantam o exercício da cidadania.

Jonathan Cardoso mora ao lado do lixão Santana do Aurá e, no CRAS, aprende a reciclar



É chegar uma visita no CRAS Estrela Ananin e Jonathan, acompanhado das colegas Jaira Denise, de 17 anos, e Roberta de Araújo, 16, já vai dando presentes. “Este é para você”, oferece. Em seguida, explica como confeccionou o cesto: “Enrolei os papéis e pintei de amarelo um de cada de vez. Depois uni um ao outro com cola para fazer a base...”. Abre um sorriso e finaliza: “Depois é só deixar secar”.

Mais à vontade, sentado ao lado das amigas, o garoto conta que mora próximo ao lixão Santana do Aurá, já na divisa com a capital de Belém. Seu pai já tirou o sustento da família dali, do lixo. Hoje, essa realidade passou e Jonathan pratica é a reciclagem com o apoio dos familiares. As dificuldades, no entanto, ainda são grandes. Vem a pergunta: “Posso ir a sua casa conversar com sua família quando sairmos do CRAS?”. Ele se mostra prestativo. Responde que sim com o balanço da cabeça para cima e para baixo.

O papo continua. Dá 17h e a tradicional chuva paraense cai. Em quinze minutos passa, e é hora de visitar a casa de Jonathan. Antes, ele fala: “No Pau Te Acha à noite...”. Hã? É que o bairro Águas Lindas, onde o garoto mora, ficou conhecido como Pau Te Acha pelo perigo de ser espancado, roubado ou estuprado nas ruas após o pôr-do-sol. O menino não tem medo. Está na 6ª série e sonha com um futuro melhor, com a universidade.

Jovens capricham nas peças feitas a partir de papel jornal



Inclusão produtiva resgata a auto-estima de usuários do CRAS

por **Vítor Corrêa**

fotos **Aline Fernandes, Gabriel Teixeira e Luiz Jacobs**

APRENDER A FAZER E GANHAR DINHEIRO COM ISSO TEM EMPOLGADO 55 GRUPOS DE INCLUSÃO PRODUTIVA EM LONDRINA (PR). SAIBA COMO A DESCOBERTA DESSA PRÁTICA MEXEU COM A VIDA DA FAMÍLIA JESUS.

Dignidade está estampada no rosto da mãe e das filhas. Beneficiárias do Programa Bolsa Família, Maria de Jesus, de 58 anos, Suzete, 37, e Suzana, 34, viviam a cuidar das próprias casas e das crianças. As três moram no bairro Ideal, em Londrina, Paraná. As atividades domésticas continuam a ocupá-las. Porém, Suzana define brincando o que mais gosta de fazer atualmente: “Alinhar a linha”, em referência ao prazer e ao tempo que dedica ao crochê.

Suzana, Suzete e Maria de Jesus:
dedicação ao crochê em família

“Somos as melhores amigas umas das outras.”



Londrina - PR

Contagem da População 2007 **497.833**

Área da unidade territorial (km²) **1.651 km²**



Não é o dinheiro em si – os R\$ 300 que conseguem por mês com a cooperativa “Crochê Ideal” –, mas o fato de trabalharem, e em família, que alegra o trio. Toda semana, há um ano, a rotina se repete. É encontro às segundas-feiras na casa da mãe e, às quintas, na casa de uma das filhas. Há ainda reuniões mensais com os 31 grupos de inclusão produtiva, compostos por meio dos acompanhamentos socioeducativos realizados pelos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS).

De uma família de cinco irmãos, somente Suzana e Suzete são próximas da mãe. Viam-se freqüentemente. Contudo, cada uma tinha sua vida e se virava para resolver os problemas. “Agora a coisa mudou. Nos falamos sempre, o tempo todo”, garante Suzana. De supetão, a irmã Suzete comenta: “Somos as melhores amigas umas das outras”.

Em seguida, entre um papo e outro, Suzana olha para a mãe e a irmã. Hesita em dizer. É instigada pelas “melhores amigas”. Daí, fala: “É gostoso!”. Poucas vezes na vida, pôde satisfazer a vontade dos filhos Lucas, de 18 anos, Leandro, 15, e Carina, 12. A renda sempre foi para moradia e alimentação. Após a exclamação, ela sorri, recolhe os braços e abaixa a cabeça. “Sabe o que é?”, pergunta. “Hoje, quando quero comprar um negócio, junto o dinheiro todinho e compro.”

Suzana tem guardado o que arrecada com a venda de tapetes, blusas, jogos de banhos, entre outras peças, para realizar um antigo sonho. Vai, finalmente, dar um brinquedo para os filhos. Na verdade, nem será um presente e, sim, um conserto. É que a caçula Carina ganhou o vídeo game do momento numa rifa. Em casa, todos ficaram contentes e ansiosos – até o pai Leonardo. Quando foram jogar, viram que o aparelho estava quebrado. “Logo, logo, vou destravar o vídeo game”, comemora Suzana, deixando a timidez de lado e abrindo um largo sorriso.

“Com a inclusão produtiva, as pessoas se sentem profissionais. Descubrem que podem fazer, produzir e comercializar.”

A mãe dela, Maria de Jesus, conta que as atividades em grupo têm lhe tirado da solidão. A senhora cuida dos filhos Ivan, de 24 anos, e, principalmente, de Douglas, 11. O marido morreu há dois anos e o coração ficou apertado. Casada por 35 anos, ela batalhou por tudo sempre em dupla. Sozinha, teve a inclusão produtiva e as filhas para seguir levando a vida. “Até fazia crochê antes, mas não tinha coragem de vender”, lembra. “Agora, aprendi que não posso é vender fiado.”

Auto-estima

A secretária de Assistência Social de Londrina, Maria Luiza Rizotti, tem percebido a elevação da auto-estima das pessoas que participam da inclusão produtiva. “As pessoas se sentem profissionais”, conta. “Descobrem que podem fazer, produzir e comercializar.” Ela explica como a atividade começou lá em 2001: “Fazíamos uma discussão que o Brasil inteiro fazia: ‘Será que o beneficiário do programa de transferência de renda é uma pessoa acomodada?’”.

Quem responde é a própria secretária: “A experiência vem comprovando que não. Quando entramos na discussão do porquê que ele é vulnerável, a primeira questão que o beneficiário coloca é a questão do trabalho. Ele diz: ‘Eu quero um trabalho, eu quero ser melhor remunerado’”. Aí, a Secretaria Municipal de Assistência Social centralizou as discussões em torno do trabalho. “Coube-nos implementar um serviço de proposição de inclusão produtiva, porque nós não poderíamos deixar essas pessoas sem resposta”, pondera Maria Luiza.

Assim, vieram os 55 grupos, sendo que 31 já produzem e 24 estão em formação. Um deles é o “Parceria da Beleza”, no qual quatro mulheres toparam o desafio de abrir um salão de beleza. Uma delas é Elaine Reis, de 25 anos. No grupo desde o início, ela está prestes a iniciar a construção de sua casa. Por isso, vai se afastar do salão. “Sempre trabalhei em lugares que não gostava e, ainda por cima, era demitida”, recorda-se. “Agora, vou sair com um dor no peito.” Elaine vai sair mesmo, mas as amigas cabeleireiras dizem que ela volta.

“A inclusão produtiva tem elevado a auto-estima das pessoas vulneráveis.”

Elaine Reis é uma das quatro mulheres que criaram o grupo “Parceria da Beleza”



Mais do que um curso profissionalizante

Em Londrina, a inclusão produtiva é levada tão a sério que, recentemente, foi inaugurado um Centro Público (foto ao lado). O prédio de dois andares fica no centro da cidade, de frente à avenida JK, e já virou ponto turístico. Ali, os produtos dos grupos de inclusão produtiva, inseridos na lógica da economia solidária, ficam expostos para comercialização.



Hoje, há estrutura e disposição da equipe técnica e dos beneficiários de programas sociais. Situação bem diferente do que a enfrentada no começo das atividades. A secretária Maria Luiza lembra que era preciso, antes de qualquer coisa, fazer com que os atores envolvidos acreditassem na alternativa da economia solidária. Era preciso ir além do curso profissionalizante. “Acho ótimo esses cursos desde que o mercado acolha...”

Na economia solidária, não há exploração como ocorre no usual mercado de trabalho. A cooperativa trabalha e divide o ganho de maneira igualitária. “Imagina montar um grupo”, analisa a dirigente, “e, no primeiro mês, você não ganha nada; no segundo, a vizinha te atrapalha ao invés de ajudar; no terceiro, a outra vai ter neném, mas ela precisa receber também...”. Nessas horas, a equipe da Secretaria de Assistência Social dá tanto assessoria técnica como apoio para a inversão de princípios.

É a solidariedade. “A pessoa só se sente empregada na hora em que faz um produto e alguém compra. Aí, ela valoriza sua capacidade de fazer”, ressalta Maria Luiza. “Essa relação com o trabalho autônomo e, por outro lado coletivo, transforma a compreensão que a pessoa tem da própria capacidade de fazer. É claro que isso muda totalmente a vida.”

Muda tanto que a mãe Maria e as filhas Suzete e Suzana vão adorar “alinhar a linha” por um longo tempo. É que perceberam que podem fazer, produzir.

O “alinhar a linha” da família Jesus



Assistência social e o acesso à educação

por **Vítor Corrêa**
fotos **Luiz Jacobs**

OS SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS DO CRAS CONTRIBUEM COM A PERMANÊNCIA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA ESCOLA. CONHEÇA A EXPERIÊNCIA PIONEIRA DE LONDRINA (PR).

Em 2006, a Secretaria de Assistência Social de Londrina desenvolveu um projeto piloto de acompanhamento de condicionalidades de programas de transferência de renda. Na ocasião, a atividade ficou restrita a dois Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) da Zona Sul da cidade – o Sul A e o Sul B – e aos beneficiários do Bolsa Escola Municipal (BEM), complementar ao Programa Bolsa Família.

Na região, 273 famílias (ou 658 crianças e adolescentes) descumpriam as condicionalidades – de um total de 2.040 que tem direito ao benefício. Uma vez identificados os alunos bolsistas que não iam à escola, com o apoio intersetorial da Secretaria Municipal de Educação, os CRAS agendaram uma reunião com os pais. Márcia Lourenço, de 41 anos, compareceu ao primeiro encontro.

Ela tem sete filhos e é beneficiária tanto do BEM como do Bolsa Família. À época, a filha Débora, de 12 anos, tinha alto índice de falta. Nas atividades do CRAS Sul B, a mãe expôs a situação. Disse que não sabia mais como levá-la à escola e que a menina ficava em casa sem nada fazer durante o dia todo. De vez em quando, alegava dor nos olhos.

Márcia Lourenço fala das dificuldades para levar os filhos à escola

A condicionalidade é um mecanismo estabelecido pelo poder público para elevar o grau de efetivação dos direitos sociais por intermédio da indução da oferta e da demanda por serviços de saúde e educação na esfera municipal. Assim, visam garantir às famílias beneficiárias do Bolsa Família o acesso a seus direitos sociais.



“Hoje, é a vez de cada mãe fechar os olhos e dar corda aos sonhos. Imaginar o futuro dos filhos: médico, professor, motorista ou vendedor.”



As atividades duraram seis meses, de abril a outubro de 2006, sendo formados cinco grupos de acompanhamento. Em todos, conta a coordenadora do CRAS Sul B, Tânia Regina Michetetti, as próprias mães identificaram as dificuldades. Um no começo apenas ouviam, outras choravam e poucas se atreviam a falar. Para amenizar o clima, dinâmicas de grupo ganharam destaque.

É dia de atividade no CRAS Sul B. As mães vão chegando, a pé, pela rua Jorge Feliciano. Enquanto aguardam o horário, já conversam aqui e ali. A equipe técnica entra e a dinâmica começa. Hoje, é a vez de cada mãe fechar os olhos e dar corda aos sonhos. Imaginar o futuro dos filhos: médico, professor, motorista ou vendedor. São dados alguns minutos. As mães levantam a cabeça e até riem em meio ao desvario da mente.

Pronto! Quem quiser, agora, pode dizer como foram os sonhos. Pode usar cartolina, pincel, fantoche (foto ao lado) e ficar de pé. Aos poucos, elas vão fazendo e, em vez de reclamarem dos filhos, como tinham feito até então, passam a tecer elogios e a respeitá-los. “Ao final da atividade, sentimos as mães felizes, esperançosas”, explica a satisfeita coordenadora Tânia Micheletti. “Aí, fizemos um debate sobre como o fato de não ir à escola impediria que aqueles sonhos fossem realizados.”

No decorrer dos encontros, praticamente todas as mães falaram. E as dificuldades de levar o filho à escola apareceram. Um tinha roupas velhas e ficava com vergonha dos colegas, outro era meio gago. Um terceiro reclamava de não ter um dente e que isso ficaria chato. O menino resolveu, então, bater o pé e deixar a escola de lado. Havia também casos mais graves, por exemplo, envolvimento com drogas e gravidez precoce.

“Detectamos que os filhos, quando crianças, obedecem aos pais com mais facilidade. Basta uma bronca e o menino vai à escola”, ressalta a coordenadora. “Na adolescência, porém, é mais complicado pela rebeldia e valentia, motivada por más companhias.”

Condicionalidade não é punição

O resultado do projeto piloto dos CRAS da Zona Sul de Londrina, se dá a médio e longo prazo. Os encontros vão ficar na cabeça de cada uma das 273 participantes. Algumas delas conseguiram reverter a situação de imediato. Mas, se o trabalho não continuar, os filhos estão sujeitos a parar os estudos novamente. “Quando a criança falta, alguma coisa tem. E tem na família e não porque ela simplesmente quer faltar”, observa a secretária municipal de Assistência Social, Maria Luiza Rizotti.

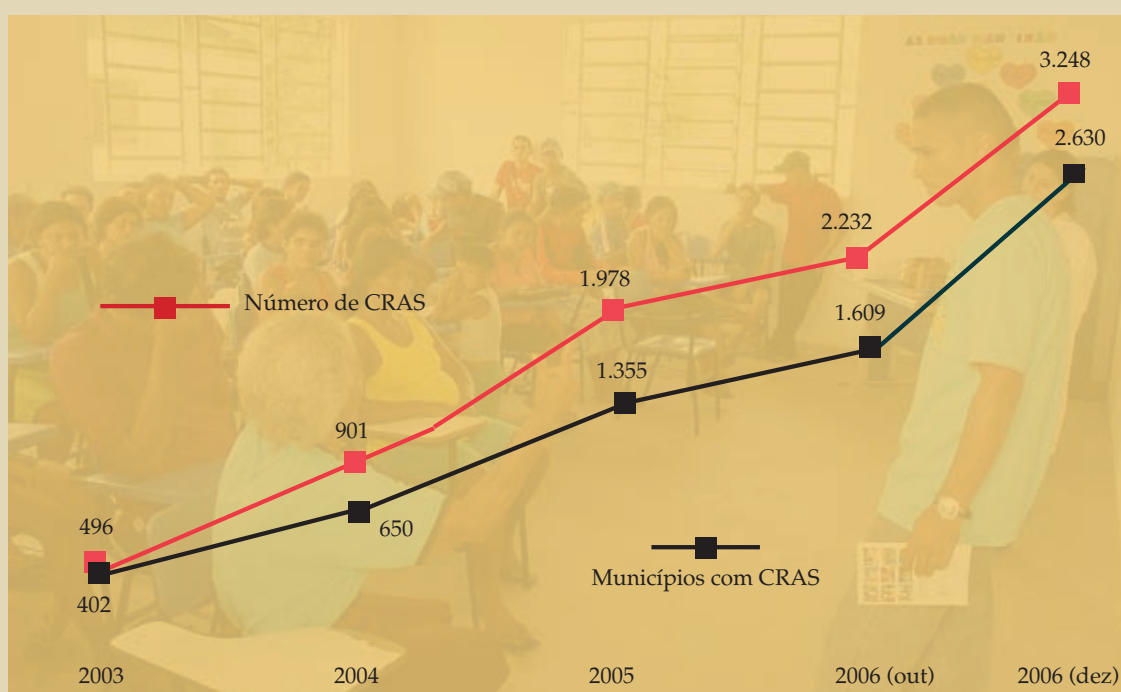
Ela conta que Londrina já está trabalhando com quatro níveis de vulnerabilidade social: baixa, média, alta e altíssima. A condição de a família não conseguir que o filho tenha 75% de frequência escolar não sugere que ela seja punida, mas que seja acompanhada com mais atenção. Pois a vulnerabilidade dela deve estar impedindo que a criança vá à escola.

Sobre isso quem fala é a secretária: “Há uma voz corrente no Brasil que diz: ‘Ah, isso é uma espécie de impunidade’. A criança falta e não é cortada do programa”. Maria Luiza segura a respiração e pensa. “Então, a idéia é que ela não perca o benefício. Mas, mais do que tudo, é que a criança continue na escola”, afirma, enfim.

Por isso, surgiram os grupos específicos para beneficiários que não cumprem condicionalidades. É o que o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) conhece por acompanhamento familiar e proteção pró-ativa.

“Ao final da atividade, sentimos as mães felizes, esperançosas.”

Número de CRAS Brasil co-financiados pelo governo federal e de municípios com CRAS - 2003 a 2006



Fonte: Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS/MDS)

O ideal é acompanhar todos do Bolsa Família

A Secretaria de Assistência Social de Londrina já planeja o dia em que o acompanhamento de condicionalidades possa ser realizado com a totalidade dos beneficiários do Bolsa Família. No município, são 16,4 mil famílias no programa de transferência de renda. “Isso seria o ideal, mas precisaríamos de mais pessoal”, reconhece a coordenadora do CRAS Sul B, Tânia Micheletti.

A intersectorialidade é uma estratégia de gestão. Refere-se à articulação e integração entre as políticas públicas e sociais, que supera a fragmentação de saberes e estruturas sociais, com o objetivo de responder, de forma integral, as situações de vulnerabilidade e risco social e pessoal.

A implantação de um sistema eletrônico nos CRAS já sinaliza para esse caminho. O Sistema de Informatização da Rede de Serviços da Assistência Social (IRSAS), que está já em funcionamento, reúne todas as informações dos usuários do CRAS numa só tela de computador.

Antes, era preciso 17 tabelas para cruzar informações a fim de saber, por exemplo, de quais programas a pessoa era beneficiária, de que atividade participava e o que ela demandava do CRAS. Agora, o IRSAS vai possibilitar tudo isso a um só clique. A proposta é disponibilizar, também no sistema, as condicionalidades dos programas sociais de todos os beneficiários e, quem sabe, acompanhá-las por meio de atividades específicas, assim como foi realizado com o projeto piloto da Zona Sul.

“É a assistência social entrando no século 21”, antevê a secretária de Assistência Social de Londrina, Maria Luiza Rizotti. Em seguida, ela explica como o sistema pode melhorar o atendimento das famílias: “A idéia é que a coordenadora do CRAS possa puxar no sistema e ver quantos são os usuários. Se nesse mês teve gente nova. Por que cresceu a demanda nova. Quais são as grandes demandas novas que estão aparecendo e por que estão aparecendo. E, a partir daí, organizar novas atividades.”



Vínculos fortalecidos, direitos assegurados

por **Vítor Corrêa**
fotos **Luiz Jacobs**

MÁRCIA SEVERINA É UM EXEMPLO TÍPICO DE COMO O CRAS TRANSFORMA A VIDA DAS PESSOAS. CONFIRA COMO ELA AFASTOU O FILHO DAS DROGAS, DEU ÂNIMO NOVO À FILHA E TROUXE TODOS PARA MORAREM JUNTOS NOVAMENTE.

Dois tempos.

1- Logo cedo, Márcia se despede dos filhos Cleber, de 17 anos, e Gláucia, 13, que vão para escola. Ambos cursam a 7ª série na mesma sala. A mãe sabe, porém, que o menino está matando aulas e envolvido com drogas e que a menina tem tirado notas baixas. Ela sonha com o dia em que tudo será resolvido. Enquanto isso, trabalha como diarista e, nos fins de semana, fala da vida dos outros e bebe com as vizinhas na calçada da rua Carlos Gil, onde mora, em Londrina, Paraná.

2- Márcia vai toda semana à escola da filha Gláucia, agora com 15 anos. Quando não pode estar lá, compra cartão telefônico e liga para os professores. Quer acompanhar o andamento

“As famílias são acompanhadas quanto ao cumprimento das condicionalidades dos Programas Bolsa Família e Bolsa Municipal.”

Márcia Severina dá exemplos de como era sua vida antes e depois de conhecer o CRAS



dos estudos. Em vez de deixar a vida passar, a mãe já ganhou a luta para afastar o filho do mundo das drogas. Chamou polícia, invadiu casa de traficante, sempre se mostrando mais forte do que as dificuldades. Falta apenas é fazer com que Cleberson, com os atuais 19 anos, volte a estudar.

Parece estranho que a mãe tenha mudado tanto em tão pouco tempo – dois anos. É, parece, mas mudou. “Agora, sei dos meus direitos”, conta Márcia Severina dos Santos, de 40 anos, tratando este saber como um divisor de águas em sua vida. “Errei muito com o Cleberson. Me estressava e deixava que as coisas acontecessem”, lamenta a beneficiária do Programa Bolsa Família. “Hoje, sei que tenho que estar presente. Ainda vou ver meu filho na escola novamente.”

Ela mora a duas ruas do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) Centro B. E foi lá que ganhou forças para fortalecer os vínculos familiares quase rompidos àquela altura. Márcia participa até hoje das atividades socioeducativas – ela só chama de “terapia” – desenvolvidas na unidade. “Foi terapia demais com as assistentes sociais. Chorei, ouvi e aprendi a lutar pelos meus filhos”, garante, com olhar esperançoso.



A secretária de Assistência Social de Londrina, Maria Luiza Rizotti, aponta as atividades coletivas desenvolvidas nos CRAS como importante ferramenta para elevação da auto-estima. “Nos grupos, a pessoa não precisa, necessariamente, falar da própria vida. Pode ir apenas para ouvir e acabar se sensibilizando e se identificando com as histórias dos outros”, relata. “A primeira proposta é essa: vamos ouvir!”

Longe das lágrimas e lamentações, Márcia segue trabalhando como diarista. Cobra R\$ 30 por dia, quando aparece serviço. E nada a impede de pensar mais alto. “Sei que daqui a pouco vou sair do perfil do Bolsa Família. Eu preciso, mas não tem problema não”, diz em relação ao conhecimento adquirido e à situação familiar estável e não à renda propriamente.

De tanto ouvir as histórias dos outros, ela deixa de agir e pensar somente em si para ser presidente da Associação de Mulheres da ex-invasão Morar Melhor, bairro que vive há dez anos, e ser uma das cinco conselheiras usuárias do CRAS no Conselho Municipal de Assistência Social de Londrina.

Márcia e a família

Agora, Márcia Severina está de pé ao lado da casa na rua Carlos Gil. Em frente, um alto muro separa o bairro em que vive de um condomínio de classe média.

É de lá que ela tira a renda – como diarista – para levantar o terceiro quarto nos fundos de casa. A mãe vai trazer o filho Cleber e namorada de volta.

Quer a família toda junta.

A filha Gláucia levanta – estava dormindo. Fica com vergonha. Aos poucos, vai se soltando e demonstra respeito e admiração pela mãe. Conta que tem um sonho: fazer faculdade. “Sei que é uma vida digna trabalhar como doméstica, mas eu posso mais. Vou fazer Serviço Social assim que terminar o ensino médio.”

Orgulhosa da menina, Márcia se emociona ao falar da recente festa de 15 anos dela. Os aniversários, antigamente, eram apenas lembrados. Este, entretanto, com o apoio financeiro de vizinhos e amigos, foi digno da palavra “festa”. Ela mostra as fotos coladas no armário, nas quais Gláucia aparece num longo vestido branco. Mãe e filha trocam olhares acreditando que o futuro ainda lhes reserva mais momentos inesquecíveis.

“Foi no CRAS que Márcia ganhou forças para fortalecer os vínculos familiares quase rompidos àquela altura.”

Beneficiário do Bolsa Família é prioridade do CRAS

Em Londrina, os CRAS dão prioridade ao atendimento de beneficiários de programas sociais como o Bolsa Família. Todo mês tem reunião socioeducativa. “Nesses encontros, fazemos o acompanhamento da família”, explica a coordenadora do CRAS Centro B, Marilyns Garani. “Conforme for, as pessoas vão sendo inseridas em outras atividades, por exemplo, a inclusão produtiva, mas não deixam nunca de participar das reuniões socioeducativas em companhia de outros beneficiários.”

São 5.375 pessoas, divididas em 215 grupos de convivência, cada um localizado na área de abrangência de um dos treze CRAS em funcionamento (dois são compostos por equipes que visitam as comunidades rurais todos os dias). Nos grupos, as famílias são acompanhadas também quanto ao cumprimento das condicionalidades do Programa Bolsa Família.

Vizinha de Márcia, Maria de Jesus, por exemplo, soube somente pelas atividades do CRAS Centro B o porquê da filha reprovar pela terceira vez a 2ª série. Ela vivia brigando com a menina e estava prestes a ter o Bolsa Família bloqueado, porque a filha descumpria os 75% de frequência escolar.

A explicação era sempre a mesma. A filha Bárbara, de 10 anos, dizia: “Mãe, eu não consigo ficar na sala, não consigo prestar atenção”. E acabava faltando mais do que indo à escola. Nas reuniões do CRAS, a mãe expôs a situação. Nada de preguiça. Bárbara tinha dificuldade de enxergar e de concentração. Seus olhos lacrimejavam. “Minha filha, agora, é acompanhada pela psicóloga e por mim”, conta.

Maria de Jesus está atenta às orientações da equipe do CRAS



Colcha de retalhos, uma experiência para recomeçar a vida

por **Aline Menezes**
fotos **Bruno Spada**

ALÉM DE OFICINAS E GRUPOS DE CONVIVÊNCIA, EM BELO HORIZONTE (MG), O CRAS POSSIBILITOU A MAIS DE 40 MULHERES A AMPLIAÇÃO DO CONVÍVIO COM OS MORADORES DA REGIÃO ONDE VIVEM.

“O convívio no ‘Chá Conversa de Mulheres’ transformou aflição em esperança.”

Belo Horizonte - MG

Contagem da População 2007 2.412.937

Área da unidade territorial (km²) 331 km²



Maria Dorotéia (de blusa verde) e suas amigas orgulhosas com a colcha de retalhos



“Nos encontros,
percebi o
quanto é bom
compartilhar
nossa história
com outras
pessoas.”

Atualmente, cerca de 50 mulheres, entre 25 e 50 anos, participam do “Chá Conversa de Mulheres”, grupo com finalidade socioeducativa. Durante reuniões mensais, que acontecem no CRAS Independência, em Belo Horizonte, elas discutem diversos assuntos. Nos últimos meses, a discussão está voltada para o tema “As dimensões do cuidado”.

Desenhar os sentimentos não é apenas uma expressão poética. É muito mais que isso – é o modo com o qual algumas mulheres decidiram superar frustrações, medos e, até mesmo, a depressão. Elci Vieira da Silva Felício, de 34 anos; Maria Dorotéia Lopes Angélica, 54; Maria da Paixão Beltrão Fernandes, 47. O que elas têm em comum? São donas-de-casa. E teceram uma colcha de retalhos diferente: durante reuniões mensais na região Barreiro, em Belo Horizonte (MG), fizeram da técnica com tecido o espaço para registro de seus sonhos.

Elas falam sobre a experiência de participar do grupo “Chá Conversa de Mulheres”, do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), na vila Independência da capital mineira. Equipamento socioassistencial, implantado com o apoio financeiro do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), o CRAS Independência representa, na opinião das três, oportunidade para fortalecimento dos vínculos comunitários e familiares, além de estímulo para acreditar que é possível, sim, ter acesso aos serviços ofertados sob a perspectiva da Política Nacional de Assistência Social.

Tecendo histórias

No final de 2003, cerca de 40 mulheres – incluindo Elci, Dorotéia e Maria da Paixão – decidiram participar das atividades promovidas no CRAS Independência. Além das oficinas e dos grupos de convivência, o que as atraiu para o CRAS foi a possibilidade de ampliar o convívio com os moradores de sua região. Enquanto teciam a colcha, elas discutiam os desafios e as angústias do dia-a-dia.

Para Elci Felício, casada e mãe de três filhos, o convívio no “Chá Conversa de Mulheres” transformou aflição em esperança. “Quando cheguei ao CRAS estava bastante deprimida, numa fase difícil. Sufocada pelos problemas familiares. Nos encontros, percebi o quanto é bom compartilhar nossa história com outras pessoas. Passei a conhecer vizinhos que eu nem sabia o nome. O CRAS é um serviço público, mas não tem cara de ‘serviço público’”, relata Elci, referindo-se à idéia equivocada de que serviço público pode ser feito de qualquer jeito. “Aqui, as pessoas sabem o meu nome”, orgulha-se. Elci também aperfeiçoou a técnica de pintura em oficinas no CRAS Independência.

Longe da depressão, Elci Vieira agora dedica parte de seu tempo à pintura



Assim como Elci, Dorotéia Lopes reconhece a importância de um equipamento socioassistencial perto de sua casa. Separada e mãe de dois filhos, Dorotéia desenhou uma escola na colcha de retalhos. A razão: o sonho de voltar à sala de aula. “Sinto a comunidade mais unida. Antes de participar das atividades no CRAS, eu era desanimada, fechada. Não acreditava que eu podia voltar a estudar”, diz. Incentivada pelas amigas, Dorotéia retomou os estudos na 4ª série do ensino fundamental. Por questões de saúde e dificuldades com o horário das aulas (noturnas), ela não continuou. Mesmo assim, ficou a lição de que é possível recomeçar.

“Quando olhamos a colcha pronta, relembramos a história de todas nós. Na época, por recomendação médica, eu precisava fazer fisioterapia ou natação. Para representar esse momento, desenhei uma piscina”, explica Maria da Paixão, que é casada e mãe de quatro filhos. Ela conta que, por intermédio do CRAS e dos programas desenvolvidos no centro, teve a oportunidade de trabalhar numa cooperativa de reciclagem. “Aprendemos sobre os direitos das mulheres, sobre oportunidade de trabalho. Além disso, o Chá Conversa de Mulheres tornou-se um ponto de encontro de amigas”, relata Maria da Paixão.

Versão cinematográfica

Em 1995, os Estados Unidos estrearam o filme *Colcha de retalhos* (título original: *How to Make an American Quilt*), dirigido por Jocelyn Moorhouse e com Winona Ryder no elenco. A história conta a vida da jovem Finn Dodd (Winona Ryder). Preocupada em elaborar sua tese de mestrado e confusa em relação a seu noivado, a estudante decide morar com a avó. Lá, ela e as amigas preparam uma colcha de retalhos como presente de casamento. Enquanto o trabalho é feito, a jovem conhece histórias sobre envolvimento e paixões, contadas com muita emoção. Assim como no cinema, as mulheres da vila Independência desvendaram um dos segredos da vida: olhar o outro é tão importante como olhar a si mesmo.

“Quando olhamos a colcha pronta, relembramos a história de todas nós.”

Maria da Paixão tece a colcha de acordo com sua história de vida



CRAS: direito de envelhecer com dignidade

por **Aline Menezes**
fotos **Bruno Spada**

EM BELO HORIZONTE (MG), ASSIM COMO AS ATIVIDADES PARA IDOSOS, SÃO DESENVOLVIDAS OFICINAS SOCIOEDUCATIVAS E DE REFLEXÃO E ATIVIDADES DE SOCIALIZAÇÃO PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES.

O dia-a-dia de João Coelho Flores assumiu um significado especial nos últimos tempos. Aposentado há mais de 10 anos, casado e pai de quatro filhos, o mineiro de Crucilândia, município com menos de cinco mil habitantes, passou a aproveitar os seus 61 anos com mais música, conversas, reflexões e trocas de experiência – ver a vida com outros olhos. Em vez de ficar somente em casa, João Flores agora prefere compartilhar suas histórias com os vizinhos. Aprendeu que ainda pode, sim, ajudar ativamente sua comunidade.



“O idoso se sente excluído. Como se não pudesse mais participar das coisas. Não me faz bem ficar o tempo todo em casa. Hoje, eu e a minha esposa estamos muito mais próximos das pessoas”, diz, enquanto aguarda ansioso para tocar violão, durante as atividades do Grupo de Convivência *Amigos para Sempre*, na região Barreiro, em Belo Horizonte (MG).

É por causa do trabalho desenvolvido pela Secretaria Municipal Adjunta de Assistência Social (SMAAS), que experiências assim são possíveis. Belo Horizonte tem hoje 15 Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) – espaços físicos distribuídos entre as nove regiões administrativas da capital de Minas Gerais. Ali, faz-se um trabalho de prevenção contra violação dos direitos dos cidadãos e também de fortalecimento dos vínculos comunitários e familiares.

Na proposta do CRAS Independência, estão os grupos de convivência com idosos. No “Amigos para Sempre”, além de João Flores, participam das reuniões semanais cerca de 80 pessoas.

“Não me faz bem ficar o tempo todo em casa. Hoje, eu e a minha esposa estamos muito mais próximos das pessoas por causa do CRAS.”

Grupo “Amigos para Sempre” se diverte durante atividades no CRAS



“O CRAS passa a ser reconhecido como espaço de resgate da solidariedade e da cidadania.”

Vulnerabilidade social

Cada um dos CRAS fica num território que abrange cinco mil famílias, as quais vivem em áreas de risco e de vulnerabilidade social. São pessoas que têm direito à assistência social. Esses equipamentos – entre eles o CRAS Independência, freqüentado por João Flores – foram implantados com o apoio financeiro do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Neles, são oferecidas atividades de orientação sociofamiliar com acompanhamento técnico.

“Para o reconhecimento dessas áreas de risco, a Secretaria tomou como base estudos e indicadores socioeconômicos, além de utilizar os critérios indicativos de vulnerabilidade social definidos pelo programa BH Cidadania”, explica a titular da SMAAS, Rosilene Cristina Rocha.

Segundo a secretária, em 2002, mesmo antes da implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), Belo Horizonte já trabalhava o conceito de território como base de organização dos serviços socioassistenciais. Nessa época, foram criados os primeiros nove núcleos de apoio. Para Rosilene, um dos principais objetivos dos CRAS é colaborar com a integração das famílias, além de fazer a articulação comunitária.

Além de música, os idosos reservam tempo para exercitar o corpo



Para a coordenadora do CRAS Independência, Magda Carvalho Rodrigues Sant'Ana, esses equipamentos socioassistenciais desempenham importante papel político de transformação social. Segundo ela, essa transformação é pela capacidade de mobilização de ações coletivas, pela representação de interesses da população e pela inovação de processos e metodologias de trabalho.

“Nesse sentido, passa a ser reconhecido como um espaço de resgate da solidariedade e da cidadania”, afirma a coordenadora.

A idade não afasta os idosos dos alongamentos semanais



Jovens de Aracaju (SE) mobilizam comunidade e incentivam Associação de Moradores

por **Aline Menezes**

fotos **Bruno Almeida e Justino Lima**



Garotos iniciam os acordes em um dos CRAS da capital sergipana

O protagonismo juvenil significa a participação do jovem como ator principal em ações que não dizem respeito somente à sua vida privada, familiar e afetiva, mas, principalmente, a problemas relativos ao bem comum, na escola, na comunidade ou na sociedade mais ampla.

Aracaju - SE

Contagem da População 2007

520.303

Área da unidade territorial (km²)

174 km²



A IDÉIA DOS JOVENS ARACAJUANOS É ESTIMULAR OS MORADORES A PARTICIPAREM DA ASSOCIAÇÃO E DE ATIVIDADES QUE MELHOREM AS CONDIÇÕES DE VIDA NO BAIRRO ONDE MORAM.

Pela sabedoria popular, coração de mãe não se engana. O de avó, muito menos. É no que acredita Maria Elenilza do Prado, de 48 anos, casada, mãe de três filhos e avó de José Augusto do Prado Santos, 15. Com o neto que cria perambulando

pelas ruas, sem interesse pelos estudos e de comportamento agressivo dentro de casa, Maria Elenilza decidiu procurar orientação. Foi até o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) mais próximo de sua casa, no bairro Porto D'Anta, em Aracaju (SE), e desabafou: “Não quero ver meu ‘filho’ entregue ao mundo, às drogas”. “Eu precisava fazer alguma coisa. Meu ‘filho’, praticamente, morava nas ruas. Não parava em casa. Ele não me respeitava. Não quero para ele um futuro marginalizado”, afirma Maria Elenilza (foto ao lado com o neto). Sua atitude foi motivada por uma visita de técnicos do CRAS do Porto D'Anta. Na ocasião, a avó de José Augusto entendeu que é possível ter acesso aos serviços socioassistenciais. Exemplo disso é o trabalho desenvolvido nesse CRAS, um dos núcleos de apoio às famílias em situação de risco e de vulnerabilidade social da capital sergipana.

Vascaíno com orgulho

Há quase um ano participando do Programa Agente Jovem, coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), em parceria com o município de Aracaju, o próprio José Augusto – que fez 16 anos em outubro – reconhece que o esforço de sua avó foi essencial para que o sonho de ser jogador de futebol não fosse esquecido pelas dificuldades do dia-a-dia, nem muito menos pelas desilusões das ruas. Estudante da 6ª série do ensino fundamental e torcedor apaixonado pelo Vasco, ele sonha em comprar uma bola profissional. Destas que prendem a atenção de qualquer jogador.

“Desde que cheguei aqui [no CRAS do Porto D'Anta], mudei meu comportamento. Aprendi a acreditar nas coisas. Mudei bastante. Participei de um estudo pra conhecer melhor minha comunidade. Isso foi importante para mim. O meu grande sonho é ser jogador de futebol”, declara. Enquanto diz isso, sua avó acrescenta: “Todos percebemos a mudança nele. Está muito mais carinhoso e atencioso. Meu ‘filho’ agora é um homem. Graças às atividades no CRAS. Eles [os técnicos] conversam com as famílias. Incentivam a gente. Hoje, Augusto conversa comigo olhando nos meus olhos. Tem respeito por mim”, emociona-se Maria Elenilza.



O CRAS Benjamin Alves de Carvalho, localizado no bairro Coroa do Meio é um dos Centros de Referência de Aracaju. Nele, jovens e adolescentes participam de apresentações teatrais, musicais (como violino) e de danças (foto ao lado).

“Todos percebemos a mudança nele. Está muito mais carinhoso e atencioso.”

Estudo da comunidade

Para a coordenadora do CRAS do Porto D’Anta, Marta Lopes, quando se considera importante o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, e o trabalho é feito com essa finalidade, o resultado são histórias como a de Maria Elenilza e de José Augusto. No CRAS coordenado por Marta, uma iniciativa estimulou o interesse de jovens e adolescentes para analisarem os anseios dos moradores de sua região. Sob a orientação da assistente social e educadora Mila Ferreira dos Santos, 25 jovens e adolescentes – incluindo José Augusto – participaram de pesquisa intitulada *Estudo da comunidade*, em julho de 2007, com o objetivo de conhecer as principais reivindicações dos moradores do bairro Porto D’Anta. A idéia era fazer um diagnóstico da situação local.

Para conhecer os aspectos sociais, culturais, políticos e econômicos da comunidade, a equipe foi às ruas e entrevistou 144 moradores, sendo 25 homens e 119 mulheres. Os principais assuntos abordados foram segurança pública, transporte, educação, saúde, esporte, lazer, cultura e religião. Este último, no sentido de traçar o perfil religioso da população. A análise das entrevistas constatou que os moradores estão insatisfeitos com os serviços públicos ofertados no bairro, especialmente com a segurança. Dos entrevistados, 131 consideraram os serviços de segurança pública como ruins ou péssimos e apenas 13 consideraram regular. O número de policiais nas ruas é insuficiente, as rondas não são feitas de maneira sistemática e intensiva, além de não haver viaturas para atendimento em casos de emergência.

Jovens cantam em homenagem ao bairro onde moram



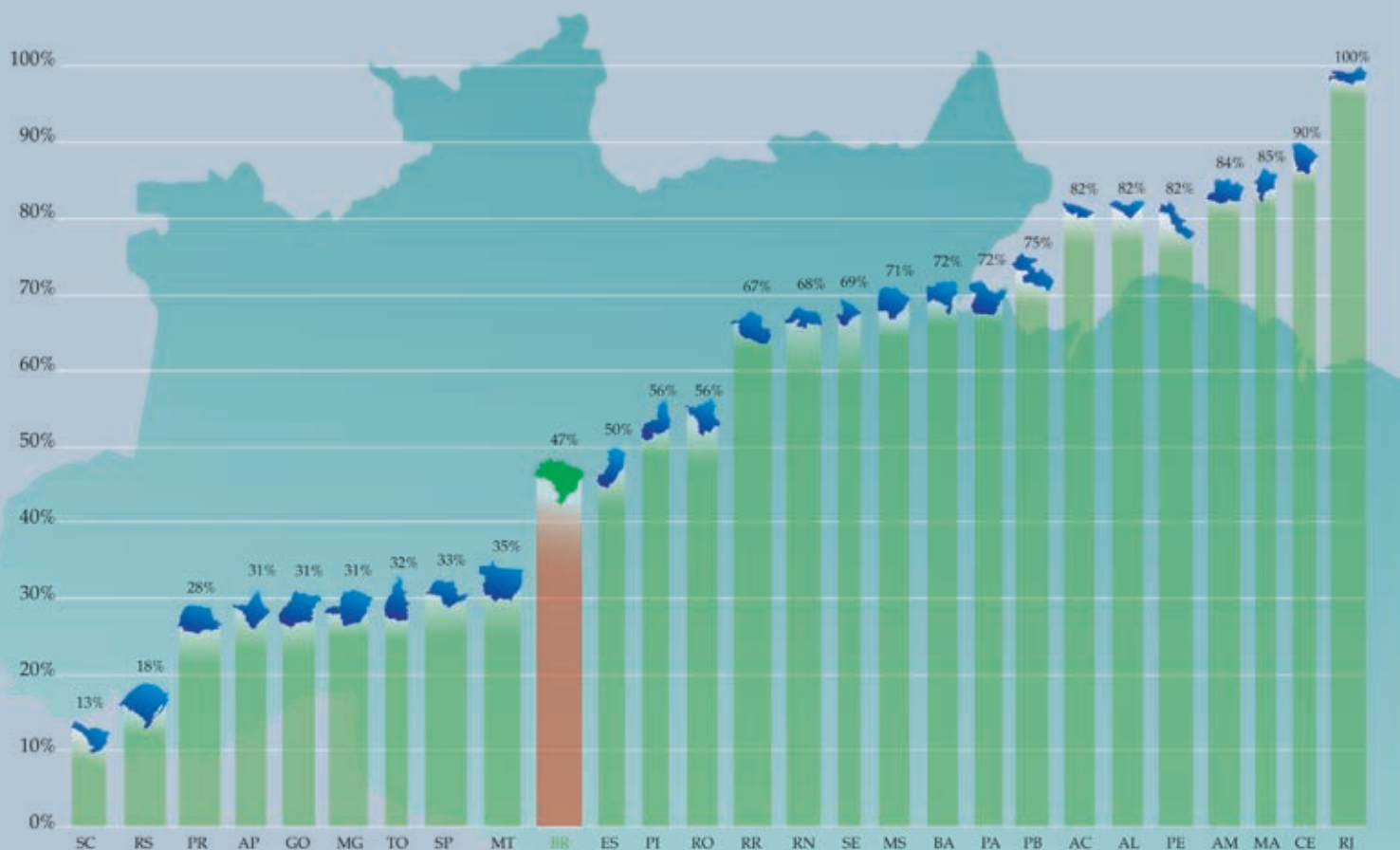
Associação de moradores

Com o levantamento, os jovens descobriram que, em 8 de dezembro de 1966, foi fundada a Associação de Moradores de Porto D'Anta, com a ajuda dos comunitários e da doação de um terreno. Por intermédio dessa associação, a comunidade conseguiu fornecimento de energia elétrica e de água encanada. Segundo a pesquisa, a associação era ponto de referência na região. No local, eram realizados batizados, missas, casamentos, bailes, além de funcionar educação pré-escolar, clube das mães e atendimento médico.

Durante a pesquisa, a equipe descobriu também que a maioria dos entrevistados desconhecia a existência da associação. O motivo: ela estava praticamente desativada. Por conta disso, e para valorizar o que a região tem de bom, como as manifestações culturais, com grupos de dança e de quadrilha, os jovens pesquisadores, baseados no *Estudo da comunidade*, decidiram se mobilizar pela revitalização da Associação de Moradores de Porto D'Anta. O objetivo agora é estimular os moradores a participar ativamente da entidade, propondo reuniões e atividades para melhorar as condições de vida no bairro. Assim, surge um incentivo a mais para o protagonismo juvenil em Aracaju.

“Aprendi a acreditar nas coisas. Participei de um estudo pra conhecer melhor minha comunidade.”

Porcentagem de municípios com CRAS por Estado co-financiados pelo governo federal - dezembro 2006



Agradecimentos

Percorrer o Brasil de Norte a Sul, atualmente, é ver que o direito socioassistencial está chegando ao nosso povo, principalmente àqueles que necessitam. Seja em Coari, no interior amazonense, onde a ribeirinha dona Maria se alegra ao saber da visita do CRAS itinerante e ao mostrar o cartão do Bolsa Família; seja em Londrina, interior paranaense, onde a valente dona Márcia luta incansavelmente em defesa dos filhos e sabe que as atividades do CRAS e o benefício do Bolsa Família foram decisivos para isso. Ou, ainda, em Aracaju, capital sergipana, onde jovens descobrem a importância de conhecer os anseios de sua comunidade.

Embora seja uma pequena amostra do que vem acontecendo pelo País afora, esta revista retrata a experiência de um povo que tem voz e força.

E esse recorte só foi possível graças ao empenho e dedicação das equipes das Secretarias Municipais de Assistência Social de Ananindeua (PA), Aracaju (SE), Belo Horizonte (MG), Coari (AM), Londrina (PR) e Manaus (AM) e da Secretaria Estadual de Assistência Social do Amazonas.

Os agradecimentos se estendem, em particular, a todos os usuários, técnicos, coordenadores dos CRAS e secretários visitados pelas equipes da Assessoria de Comunicação Social do MDS e pela Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS) e, no geral, a todos que acreditam e defendem uma assistência social pública. Para todos!



Compromissos e Responsabilidades para Assegurar
Proteção Social pelo SUAS - Sistema Único de Assistência Social

14 a 17 de dezembro de 2007

Brasília-DF

www.mds.gov.br